

O Direito dos *Trusts* no Brasil

2020

Verônica Scriptorre Freire e Almeida

O DIREITO DOS TRUSTS NO BRASIL

© ALMEDINA, 2020

AUTORES: Verônica Scriptorre Freire e Almeida

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 978-65-5627-010-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Almeida, Verônica Scriptorre Freire e
O direito dos *trusts* no Brasil / Verônica
Scriptorre Freire e Almeida. – São Paulo: Almedina
Brasil, 2020. 1175 755

Bibliografia

ISBN 978-65-5627-010-4

1. Direito antitruste – Brasil 2. Direito
antitruste – Legislação – Brasil 3. Direito comercial
– Legislação – Brasil 4. Direito econômico –
Legislação – Brasil

I. Título.

20-35724

CDU-347.733(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito antitruste 347.733(81)(094)

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Junho, 2020

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	13
SUMÁRIO	15
CAPÍTULO 1 – PANORAMA DO DIREITO DOS <i>TRUSTS</i>	19
1. Breve Panorama Histórico	19
2. Conceito, Estrutura e Características do <i>Trust</i>	23
2.1. Conceito	23
2.2. Estrutura	24
2.3. Características	44
CAPÍTULO 2 – O DIREITO DOS <i>TRUSTS</i> NO BRASIL	53
SECÇÃO I – AS CONVENIÊNCIAS DA IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO DOS <i>TRUSTS</i> DO DIREITO BRASILEIRO	57
1. A Globalização Econômica e a Busca por Novas Ferramentas de Atração de Capital e Investimentos	57
2. A Expansão da Implementação do <i>Trust</i> em Países de Origem <i>Civil Law</i>	67
3. Harmonização e Modernização do Direito Brasileiro com a <i>Práxis</i> Jurídica Internacional	77

4. A Flexibilidade do <i>Trust</i>	84
5. A Formação de um Patrimônio Separado à Concretização de Propósitos Específicos	87
6. Os <i>Trusts</i> Conferem Responsabilidade Fiduciária	93

SECÇÃO II – APLICAÇÕES PRÁTICAS DO TRUST E UM PANORAMA REFLEXIVO DAS FERRAMENTAS SIMILARES DO DIREITO BRASILEIRO 99

1. O <i>Trust</i> como Instrumento de Proteção da Família	99
1.1. Planejamento patrimonial e sucessório	102
1.2. A Proteção de Menores e de Incapazes	111
1.3. Equivalentes Funcionais Existentes no Direito Brasileiro	116
2. Finalidades dos <i>Trusts</i> nos Contextos Financeiro, Empresarial e na Gestão Especializada de Bens 140	140
2.1. Condução de Empresas através de <i>Trusts Structures</i>	144
2.2. Os <i>Trusts</i> como Veículo de Titularização de Créditos	153
2.3. Fundos de Investimentos	156
2.4. Vacância Gerencial e Sucessão em Empresa Familiar	161
2.5. Joint Ventures	165
2.6. Limited Liability Trust	165
2.7. Acordo de Acionistas e Reorganização Societária	167
2.8. Debenture Trustees	169
2.9. Falência e Recuperação de Empresas	170
2.10. Fundos de Pensão	173
2.11. Gestão Especializada de Universidades	175
2.12. O <i>Trust</i> como Ferramenta de Garantia	176
2.13. Equivalentes Funcionais Existentes no Direito Brasileiro	177
3. Os <i>Trusts</i> e as Relações Fiduciárias 195	195
3.1. Relações Fiduciárias de Garantia	196
3.2. O Negócio Fiduciário	199
4. O <i>Trust</i> com fins de Interesse Público 202	202
4.1. O Charitable Trust e as Fundações	203

CAPÍTULO 3 – A COMPATIBILIDADE E OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO DOS *TRUSTS* NO DIREITO BRASILEIRO 207

1. Aproximação ao Tema	207
------------------------	-----

2. Ato Jurídico Unilateral de Vontade do <i>Settlor</i>	210
3. A Transferência da Titularidade da Propriedade para o <i>Trustee</i>	224
4. A Divisão dos Direitos sobre a Propriedade.	239
5. A Formação de um Patrimônio Separado	259
6. A Tributação dos <i>Trusts</i>	276
7. Considerações Finais	285
CAPÍTULO 4 – O DIREITO DOS <i>TRUSTS</i> NO BRASIL – ARTICULADO	287
CONCLUSÕES	313
REFERÊNCIAS	333